

SUMÁRIO

TÍTULO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Capítulo I – Princípios Constitucionais

1. Introdução	37
2. Noção de princípio.....	45
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais	47
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação	51
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico.....	58
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais.....	59
7. Outras considerações	61

Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares	64
2. Conceito de República. Seus elementos	65
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios.....	78
4. O princípio republicano e a igualdade tributária	80
5. O alcance do princípio republicano	83
6. A relevância jurídica do princípio republicano.....	83
7. O princípio republicano e a competência tributária.....	85
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva.....	87
8.1 Noções gerais	91
8.2 Destinatários do princípio da capacidade contributiva	99
8.3 Eficácia do princípio da capacidade contributiva	99
8.3.1 Capacidade contributiva e não confiscatoriedade	105
8.4 Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF).....	112
8.4.1 O IPTU e a capacidade contributiva	117
8.4.2 O IR e a capacidade contributiva	123
8.5 Síntese conclusiva	133

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1. Colocação do tema.....	134
2. A natureza jurídica do Estado Federal	135

2.1	A soberania e o Estado	136
2.2	Os Estados simples e as Uniões de Estados	139
2.2.1	As Uniões pessoais	140
2.2.2	As Confederações de Estados	140
2.2.2.1	Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal – A Confederação de Estados e o Estado Federal são entidades diversas e, assim, inconfundíveis. O traço distintivo entre eles repousa na soberania, presente nos Estados confederados, não, porém, nos federados (Le Fur)	142
2.3	O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal	143
2.4	As Uniões reais e o Estado Federal	143
2.5	Outras características do Estado Federal	145
3.	O princípio federativo, no Brasil	146
3.1	Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros	147
3.2	A natureza jurídica da União	150
3.3	A indissolubilidade da Federação Brasileira	150
3.4	A competência residual dos Estados	151
3.5	A coexistência das autonomias federal e estaduais	153
3.6	As leis complementares estaduais	154
3.7	A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil	155
4.	Os Estados-membros e suas Constituições	156
4.1	A igualdade jurídica dos Estados-membros	161
5.	Últimas considerações	162

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1.	Introdução	164
2.	Caráter jurídico do princípio	166
3.	O conceito de “autonomia municipal”	168
4.	O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal	170
5.	Assuntos de interesse predominantemente local	173
6.	Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”	176
7.	O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo	177
8.	A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal	178
9.	A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF	179
10.	Outras considerações	181
11.	A autonomia do Distrito Federal	181

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1.	Noções preliminares	184
2.	Exceções ao princípio e aparente exceção	195
2.1	As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade	202
2.2	Conclusão parcial	204

3. O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal	205
4. O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo	207
5. As isenções tributárias e o princípio da anterioridade	209
5.1 Outro caminho	210
5.2 A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade	212
5.3 As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade	216
5.3.1 Tratados internacionais. Noção geral	216
5.3.2 Os tratados internacionais, no Brasil	220
5.3.3 Os tratados internacionais tributários	223
5.4 A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade	225
5.5 As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF, e o princípio da anterioridade	226
6. A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade	226
7. Síntese conclusiva	228

Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1. Introdução	229
2. O princípio da legalidade. Generalidades	233
2.1 A lei e o tributo	236
3. A legalidade no direito tributário brasileiro	240
3.1 Aspectos gerais	240
3.2 A lei como limitação ao exercício da competência tributária	248
3.3 Novas considerações	248
3.3.1 Generalidades	248
3.3.2 A regra “solve et repete” e a legalidade tributária	251
3.3.3 A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei)	253
3.4 Lei ordinária e tributação	256
3.4.1 Circunscrição do problema	256
3.4.2 As medidas provisórias e a tributação	259
3.4.2.1 Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direito de natureza financeira e a antiga contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias	268
3.4.2.2 Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	270
3.4.2.3 Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IPMF), as contribuições que criam novas fontes de custeio para a seguridade social e as medidas provisórias ...	271

3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias – Também as “contribuições sociais para a seguridade social” não aceitam as medidas provisórias	272
3.4.2.5	Últimas colocações	273
3.4.3	As leis delegadas e a tributação.....	274
3.4.4	Síntese conclusiva	276
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária.....	276
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária	283
5.1	A iniciativa	284
5.2	A deliberação.....	291
5.3	A sanção	292
5.4	A promulgação	293
5.5	A publicação.....	296
5.5.1	Noções gerais	296
5.5.2	Conceito	298
5.6	Epítome	307
6.	A revogação das leis tributárias	307
6.1	Noções básicas	307
6.2	Assuntos paralelos.....	308
6.3	A irrepristinabilidade.....	311
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários.....	313
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	322
9.	A irretroatividade das leis tributárias	325
10.	Limitações ao princípio da legalidade	335
11.	A lei e a faculdade regulamentar.....	337
11.1	A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade.....	354
12.	Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia do Distrito Federal	358

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1.	Noções introdutórias.....	359
2.	Estado de Poder, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	364
2.1	O Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais	365
2.2	Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais	366
2.3	O alcance dos direitos fundamentais.....	367
3.	A ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.....	370
3.1.	Introito.....	370
3.2	A ação direta de inconstitucionalidade por omissão	371
3.2.1	Generalidades	371
3.2.2	A omissão legislativa inconstitucional	372
3.2.3	A omissão administrativa inconstitucional.....	374
3.2.4	Efeitos da decisão que declara a existência da inconstitucionalidade por omissão	375

3.3	O mandado de injunção.....	376
3.3.1	Observações iniciais. Conceito. Alcance.....	376
3.3.2	Inaducabilidade.....	378
3.3.3	Cabimento. Semelhanças e dessemelhanças com a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	378
3.3.4	Efeitos do mandado de injunção	379
3.3.5	Esclarecimentos necessários	381
3.3.6	Novas colocações	383
3.3.7	Medida liminar	384
3.3.8	Ministério Público	384
3.3.9	Especificidades	385
3.3.10	Competência para julgar o mandado de injunção	387
3.3.11	Considerações finais sobre o mandado de injunção.....	388
3.4	Conclusão geral.....	388
4.	Direitos fundamentais e tributação	389
4.1	O “estatuto do contribuinte”.....	390
5.	Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da adequada eleição do sujeito passivo tributário, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal, da boa-fé do contribuinte e da moralidade.....	394
6.	Da consulta fiscal e seus efeitos jurídicos	414
7.	A segurança jurídica, o “livre acesso” ao Poder Judiciário e o contencioso administrativo-tributário.....	421
8.	A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”).....	447
9.	A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios.....	453
9.1	Das presunções.....	454
9.2	Das ficções	457
9.3	Dos indícios.....	459
9.4	Consequências a tirar	463
9.5	A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão	468
9.5.1	Da simulação fiscal	469
10.	A quebra dos sigilos bancário, de dados e fiscal sem expressa autorização do Poder Judiciário. Sua inconstitucionalidade	471
11.	O “princípio da proporcionalidade” como limite constitucional à criação ou aumento dos tributos.....	477
12.	O dever do Estado de indenizar os contribuintes, pelos danos que lhes causar	481
12.1	Noção geral	481
12.2	Excesso de exação e dever de indenizar os contribuintes	485
12.3	A prescrição da ação de indenização contra a Fazenda Pública.....	496
13.	Garantias dos contribuintes, diante da tributação	502
14.	Considerações finais	505

TÍTULO II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

**Capítulo VIII – Competência Tributária –
Definição – Características**

1.	Considerações gerais.....	509
2.	Competência tributária.....	511
2.1	Introdução.....	511
2.2	A Constituição como a Carta das Competências.....	512
2.3	Conceito	512
2.4	O exercício da competência tributária.....	516
2.5	A competência tributária e seus limites jurídicos.....	517
2.6	A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes	518
2.7	Os titulares da competência tributária.....	519
2.8	A competência tributária e a criação de tributos	521
2.9	Questões conexas	523
2.10	Competência tributária e os “arquétipos” dos tributos.....	524
3.	Características.....	528
3.1	Privatividade.....	528
3.1.1	Introdução ao assunto e análise de questões paralelas	528
3.1.2	A classificação jurídica dos tributos.....	534
3.1.2.1	Os impostos.....	537
3.1.2.2	As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio.....	543
3.1.2.3	A contribuição de melhoria.....	566
3.1.2.4	Os empréstimos compulsórios	573
3.1.2.5	As “contribuições parafiscais”	582
3.1.2.6	Os “impostos extraordinários”	584
3.1.2.7	As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF).....	586
3.1.2.8	Síntese conclusiva.....	649
3.1.3	A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas.....	649
3.1.4	A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal).....	655
3.2	Indelegabilidade	658
3.3	Incaducabilidade.....	665
3.4	Inalterabilidade.....	667
3.5	Irrenunciabilidade.....	671
3.6	Facultatividade	672
4.	Repartição das receitas tributárias	680
4.1	Colocação do problema.....	680
4.2	Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias.....	681

4.3	Tema financeiro. A importância de seu estudo.....	684
4.4	As fórmulas adotadas pela Constituição brasileira na repartição das receitas tributárias.....	685
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios.....	691
4.4.2	O “diferencial de alíquotas” no ICMS e a repartição das receitas tributárias decorrentes deste tributo	695
4.4.3	Cautelas constitucionais	697
4.5	Breve conclusão	699
5.	Tributação e defesa do meio ambiente.....	699
6.	A tributação no ambiente da “computação em nuvem”.....	717
7.	Anotações complementares	723
8.	Últimas considerações	731

Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1.	Introdução	736
2.	A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade.....	748
3.	As acepções da expressão “imunidade tributária”	751
4.	As imunidades do art. 150, VI, da CF	753
4.1	As imunidades das pessoas políticas.....	754
4.2	As imunidades das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.....	770
4.2.1	A noção jurídica de “culto”	792
4.2.2	Dos ganhos dos religiosos e do seu tratamento jurídico tributário	796
4.3	As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social.....	801
4.3.1	Considerações gerais	801
4.3.2	Imunidades dos partidos políticos e suas fundações	807
4.3.3	As entidades sindicais dos trabalhadores	809
4.3.4	As instituições de educação.....	810
4.3.5	As instituições de assistência social	817
4.3.6	Considerações adicionais	832
4.4	Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão ...	840
4.4.1	Considerações gerais	840
4.4.2	A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade.....	842
4.4.2.1	Desdobramento da ideia.....	844
4.4.2.2	Distinção importante.....	845
4.4.2.3	A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária	846
4.4.2.4	A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária	851
4.4.3	Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	854
4.4.3.1	Explicação necessária	855
4.4.4	Considerações adicionais	857
4.5	A imunidade do art. 150, VI, “e”, da CF	858

5.	A imunidade do art. 150, § 2º, da CF.....	860
6.	Demais imunidades.....	864
6.1	A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF.....	864
6.2	A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF	868
6.3	A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF.....	870
6.4	A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	871
6.5	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF.....	872
6.6	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF.....	876
6.7	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF.....	884
6.8	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF.....	885
6.9	A imunidade do art. 155, § 3º, da CF	890
6.10	A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF.....	893
6.11	A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	894
6.12	A imunidade do art. 184, § 5º, da CF	898
6.13	A imunidade do art. 195, § 7º, da CF	898
7.	A imunidade ao IBS e à CBS determinada pelo parágrafo único, do art. 8º, da EC 132/2023	921
8.	As imunidades e os deveres instrumentais tributários.....	922

Capítulo X – Isenções Tributárias

1.	Observações introdutórias.....	923
2.	Conceito	927
2.1	Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”	927
2.2	Isenção como “hipótese de não incidência tributária, legalmente qualificada”	928
2.3	Posição de Paulo de Barros Carvalho	930
2.4	Novas ideias	934
3.	Competência para isentar, no Brasil	936
3.1	Isenções concedidas por meio de lei ordinária.....	936
3.2	Isenções concedidas por meio de lei complementar	941
3.3	Isenções concedidas por meio de tratados internacionais	943
3.4	Isenções concedidas por meio de decreto legislativo estadual ou do Distrito Federal (ICMS)	945
3.5	Revogação de isenção tributária e anterioridade.....	947
4.	Questões paralelas.....	947
4.1	Modalidades de isenções tributárias.....	948
4.1.1	Isenções transitórias e permanentes. Consequências jurídicas de sua revogação.....	948
4.1.2	Isenções condicionais e incondicionais.....	949
4.1.3	Isenções condicionais, com prazo certo. Consequências jurídicas de sua revogação total ou parcial	953
4.2	O campo de incidência das leis isentivas	965
4.3	Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento.....	968
5.	Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas.....	969
6.	Epítome.....	971

7. Os benefícios fiscais e o modo de serem interpretados e aplicados	972
8. O <i>PERSE</i> e a impossibilidade jurídica de sua prematura cassação	984

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1. Introdução	991
2. A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária.....	994
2.1 Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”	1011
2.2 O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as em- presas de pequeno porte	1014
3. O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária	1020
4. O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	1022
5. Novos argumentos	1025
5.1 Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los.....	1029
6. O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributá- ria	1031
7. Outras leis complementares tributárias.....	1034
7.1 A lei complementar prevista no art. 148 da CF.....	1035
7.2 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, “c”, da CF.....	1035
7.3 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF.....	1036
7.4 A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	1039
7.5 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF	1039
7.6 A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	1039
7.7 A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	1040
7.8 A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF	1044
7.9 A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF	1061
7.10 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	1069
7.11 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF.....	1072
7.12 A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	1078
7.13 A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	1078
7.14 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF.....	1079
7.15 A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF	1079
7.16 A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993	1079
8. Lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”. Sua possibilidade.....	1080
9. As leis complementares previstas na EC n. 132/2023.....	1083
9.1 A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	1083
9.2 A lei complementar prevista no art. 153, VIII, da CF	1083
9.3 A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, VII, da CF	1086
9.4 As leis complementares previstas no art. 156-A da CF.....	1087
9.5 As leis complementares previstas no art. 156-B da CF.....	1095
9.6 A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	1097

9.7	A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	1098
9.8	A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	1098
9.9	As leis complementares previstas no art. 92-B, <i>caput</i> e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	1101
9.10	A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT.....	1101
9.11	A lei complementar prevista no § 4º do art. 125 do ADCT	1102
9.12	A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT.....	1102
9.13	As leis complementares previstas no art. 130, <i>caput</i> e § 10, do ADCT.....	1103
9.14	As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT.....	1105
9.15	As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT.....	1107
9.16	A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT	1109
9.17	As leis complementares previstas no art. 134, <i>caput</i> e § 6º, do ADCT.....	1110
9.18	A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT.....	1111
9.19	As demais leis complementares previstas no ADCT pela EC 132/2023.....	1111
10.	Considerações adicionais.....	1132

Capítulo XII – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA REALIZADA PELA EC 132/2023 E POSITIVADA PELA LEI COMPLEMENTAR 214/2025

1.	A EC 132/2023 e os reparos jurídicos que suscita.....	1133
2.	A Lei Complementar 214/2025 e o aprofundamento das inconstitucionalidades da EC 132/2023	1150
2.1	Considerações gerais.....	1150
2.2	Análise das principais disposições da Lei Complementar 214/2025	1167
3.	Palavras finais	1184

Capítulo XIII – CONCLUSÕES

Título I – Princípios constitucionais tributários.....	1185
Capítulo I	1185
Capítulo II	1186
Capítulo III.....	1187
Capítulo IV	1189
Capítulo V.....	1190
Capítulo VI	1191
Capítulo VII	1194
Título II – Competência tributária	1196
Capítulo VIII.....	1196
Capítulo IX	1200
Capítulo X.....	1201
Capítulo XI	1203
Capítulo XII	1206
Bibliografia	1209
Índice alfabético-remissivo	1243